



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**OFÍCIO Nº 187/2025 GP CM**

São Pedro da Aldeia, 06 de junho de 2025.

**Exmo. Sr.**  
**Vereador JEAN PIERRE BORGES DE SOUZA**  
**Presidente da Câmara Municipal de São Pedro da Aldeia/RJ**

**Ref.: Encaminha Mensagem**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com cordiais cumprimentos, venho por meio deste encaminhar a Vossa Excelência a **Mensagem nº 015, de 06 de junho de 2025**, que “**Altera e inclui dispositivos na Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, Lei Complementar nº 149, de 27 de março de 2018 e Lei Complementar nº 181, de 22 de dezembro de 2021, para adequação da estrutura do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São Pedro da Aldeia – PREVISPA ao Nível II de aderência ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS, e dá outras providências**”,

Por se tratar de matéria de expressivo interesse para o Município, peço e espero que o Projeto de Lei Complementar anexo seja apreciado em **REGIME DE URGÊNCIA**, conforme faculta o artigo 55 da Lei Orgânica Municipal.


Aproveito a oportunidade para reafirmar votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**CORRESPONDENCIA  
RECEBIDA**

EM. 11

106/2025 às 16:44h

  
**FÁBIO DO PASTEL**  
**Carlos Fábio da Silva**  
**=Prefeito=**

  
Assinatura

**CMSPA**

**Adriana Santos da S. Silveira**

**Matrícula 1736 / COM**

**Câmara Municipal de S. P. da Aldeia**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**MENSAGEM Nº 015, DE 06 DE JUNHO DE 2025.**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE  
ILUSTRÍSSIMOS SENHORES VEREADORES**

Cumprimentando-os, venho por meio desta **MENSAGEM** submeter à elevada apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, o incluso **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR** que “**Altera e inclui dispositivos na Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, Lei Complementar nº 149, de 27 de março de 2018 e Lei Complementar nº 181, de 22 de dezembro de 2021, para adequação da estrutura do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São Pedro da Aldeia – PREVISPA ao Nível II de aderência ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS, e dá outras providências**”, conforme o constante nos autos do Processo Administrativo nº 633/2024.

A presente proposta legislativa visa a reorganização das funções e atribuições da estrutura do Instituto de Previdência Municipal – PREVISPA, de modo a readequá-la à nova realidade, otimizando os trabalhos na área financeira, de investimentos, administrativa e de licitações, como forma de perseguir maior eficiência, celeridade e transparência ao Plano de Ações para o biênio 2024/2025, em especial manter o nível II do Programa Nacional Pró-Gestão e ao predito nas normas previstas na Portaria MPT nº 1.467/2021, cuja força normativa está positivada na Lei nº 9.717/1998.

Desta forma, a criação de três novos cargos visa fazer frente a essas novas obrigações e se fazem necessárias para a boa persecução dos trabalhos do PREVISPA, em especial cumprimento à Lei Federal nº 14.133/2021 e atendendo aos princípios enunciados sobre Liderança e Competência na Função Pública trazidas na Recomendação 445, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Ademais, o Relatório de Gestão Fiscal de gastos com pessoal referente ao 2º quadrimestre está em 47,15% da Receita Corrente Líquida (RCL), abaixo do limite prudencial de 51,30% da RCL.





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

Ante o exposto, restando justificadas as razões que fundamentam a propositura, bem como estimados os impactos da proposta, submeto o presente Projeto de Lei Complementar à apreciação de Vossa Excelência, para exame e deliberação pelos Nobres Pares dessa Respeitável Casa de Leis.

Por se tratar de matéria de relevante interesse público, solicito que o **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR** anexo seja apreciado em **REGIME DE URGÊNCIA**, conforme faculta o art. 55 da Lei Orgânica Municipal.

Aproveito a oportunidade para manifestar votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**FÁBIO DO PASTEL**  
Carlos Fábio da Silva  
= Prefeito =

**CORRESPONDENCIA  
RECEBIDA**

EM. 11 / 06 / 2025

  
Assinatura

**Adriana Santos da S. Silveira**  
Matrícula 1736 / COM  
Câmara Municipal de S. P. da Aldeia

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR**  
**Vereador JEAN PIERRE BORGES DE SOUZA**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA – RJ**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0033 /2025.**

Altera e inclui dispositivos na Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, Lei Complementar nº 149, de 27 de março de 2018 e Lei Complementar nº 181, de 22 de dezembro de 2021, para adequação da estrutura do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São Pedro da Aldeia – PREVISPA ao Nível II de aderência ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA, Estado do Rio de Janeiro,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica alterado o art. 9º da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, que passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 9º ...

- I - Órgãos Colegiados;
- II - Comitê de Investimentos;
- III - Superintendência.

§ 1º Os órgãos colegiados terão a sua composição e competências definidas em lei especial.

§ 2º ...

§ 2º-A ...

§ 3º...

- I - Vice-Superintendência;
- II - ...;
- III - ...

§ 4º...



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

- I - ...;
- II - ...;
- III - ...

§ 5º...

- I - ...;
- II - ...;
- III - ...;
- IV - ...

§ 6º...

- I - ...;
- II - ...;

III - Setor de Recursos Humanos e Folha de Pagamento de Benefícios e de Pessoal.

§ 7º...

- I - ...;
- II - ...”

**Art. 2º** Fica alterado o art. 18 da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, que passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 18 ...

I - ...;

II - realizar, em grau recursal, inspeção pericial médica nos requerimentos de sua competência;

§ 1º A Junta Médica será composta por 03 (três) médicos, sendo necessária a presença de pelo menos dois médicos para sua atuação, onde pelo menos 1 (um) será médico do trabalho.

§ 2º Até a reorganização da carreira de médico perito, extinta pelo art. 84-A da Lei Complementar nº 228, de 20 de fevereiro de 2025, através de provimento por concurso público, a autarquia poderá contar, na forma do art. 76 da Lei Complementar nº 61, de 04 de novembro de 2008, com médico do quadro da rede pública de saúde.

§ 3º O médico que for cedido pelo Município ao PREVISPA, na condição do parágrafo antecedente, manterá as atribuições e a remuneração do seu cargo de origem.

§ 4º Nos meses em que for requisitado, o médico fará jus a percepção de uma retribuição equivalente ao valor de 200 (duzentos) UFM, limitado a um jeton por mês, independentemente do número de perícias realizadas.





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

§ 5º Aplica-se, quanto a natureza da verba honorária, as regras do § 14 do art. 7º da Lei Complementar nº 181, de 22 de dezembro de 2021.

§ 6º O PREVISPA poderá contratar ou credenciar médicos especialistas, em especial nas áreas de medicina do trabalho, saúde mental e ortopedia, através dos instrumentos legais cabíveis, para comporem a Junta.

Art. 3º Fica alterado o art. 19 da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, que passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 19 ...

I - ...;

II - ...;

III - ...;

IV - ...;

V - ...;

VI - conceder Licença para Tratamento de Saúde ao servidor do PREVISPA;

VII - realizar avaliação para readaptação funcional do servidor do PREVISPA;

VIII - realizar avaliação médica para dependente maior inválido;

IX - outras atribuições afins inerentes ao cargo.

Parágrafo único - Além das atribuições especificadas acima, o médico perito clínico deverá:

I - realizar exames pré-admissional e periódico do servidor do PREVISPA;

II - realizar exames de aptidão, inaptidão física e/ou mental para exercer determinada atividade (ocupação);

III - realizar exame de retorno pós-licença sem vencimento do servidor do quadro permanente do PREVISPA;

IV - realizar todos os documentos relativos à segurança e saúde no trabalho e previdência social dos servidores do PREVISPA;

V - executar outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.”

Art. 4º Fica alterado o art. 20 da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, que passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 20 ...

I - ...;

II - ...;

III - ...;

IV - ...;

V - ...;



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

VI - ...;  
VII - ...;  
VIII - ...;  
IX - ...;  
X - ...;  
XI - ...;  
XII - ...;  
XIII - ...;  
XIV - ...;  
XV - ...;  
XVI - ...;  
XVII - ...;  
XVIII - ...;  
XIX - ...;  
XX - ...;  
XXI - ...;  
XXII - ...;  
XXIII - ...;  
XXIV - ...;  
XXV - SUPRIMIDO  
XXVI - ...;  
XXVII - ...;  
XXVIII - SUPRIMIDO  
XXIX - ...;  
XXX - ...”

**Art. 5º** Fica alterado o **art. 21** da **Lei Complementar nº 133**, de **02 de janeiro de 2017**, que passa a vigorar da seguinte forma:

“**Art. 21** ...

I - ...;  
II - ...;  
III - ...;  
IV - ...;  
V - ...;  
VI - ...;  
VII - ...;  
VIII - ...;  
IX - ...;  
X - ...;  
XI - ...;  
XII - ...;  
XIII - ...;  
XIV - ...;



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

XV - ...;  
XVI - ...;  
XVII - SUPRIMIDO  
XVIII - ...”

**Art. 6º** Fica alterado o art. 26 da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, que passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 26 ...

- I - ...;
- II - ...;
- III - ...;
- IV - ...;
- V - submeter aos órgãos colegiados proposta de diretrizes e regras a serem observadas na utilização dos recursos econômico-financeiros do PREVISPA;
- VI - submeter aos órgãos colegiados proposta de diretrizes e regras relativas à política de benefícios e à adequação entre os planos de custeio e de benefícios do PREVISPA, bem como proposta de alterações na legislação normatizadora do RPPS;
- VII - subscrever os atos de concessão, revisão e extinção de benefícios previdenciários;
- VIII - ...;
- IX - ...;
- X - ...;
- XI - ...;
- XII - ...;
- XIII - ...;
- XIV - ...;
- XV - ...;
- XVI - ...;
- XVII - ...;
- XVIII - submeter aos órgãos colegiados, anualmente, os planos e programas de benefícios e de custeio do PREVISPA;
- XIX - submeter aos órgãos colegiados relatórios gerenciais referentes à execução dos planos, programas e orçamentos e da política de investimentos dos recursos financeiros do PREVISPA;
- XX - submeter aos órgãos colegiados os assuntos a ele pertinente e facilitar o acesso a seus membros, às informações e documentos necessários ao desempenho de suas atribuições;
- XXI - fornecer aos órgãos colegiados os documentos e dados do PREVISPA, que lhe forem solicitados;
- XXII - ...;
- XXIII - submeter aos órgãos colegiados a prestação de contas anual do PREVISPA, a ser remetida ao Tribunal de Contas;
- XXIV - ...;
- XXV - ...;





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

XXVI - ...;  
XXVII - ...;  
XXVIII - ...;  
XXIX - ...;  
XXX - ...

**Parágrafo único - O Diretor-Superintendente deverá possuir todas as certificações obrigatórias exigidas pelo Ministério da Previdência Social ou outro órgão do governo federal que vier a substituí-lo.”**

**Art. 7º Fica inserido o art. 26-A na Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, com a seguinte redação:**

**“Art. 26-A O Gabinete da Superintendência é o órgão ao qual incumbe a assistência e assessoramento direto e imediato ao Diretor-Superintendente nas questões, providências e iniciativas de seu expediente pessoal, dirigido pelo Chefe de Gabinete Executivo, cabendo-lhe, dentre outras atribuições regulamentares:**

- I - dirigir, controlar, supervisionar, coordenar, planejar e orientar a execução das atividades de assessoria, assistência e apoio ao exercício do Gabinete da Superintendência;**
- II - analisar, quando determinado, qualquer matéria levada a exame e decisão da Superintendência;**
- III - redigir expedientes da Superintendência;**
- IV - assessorar e secretariar o Diretor-Superintendente nas reuniões internas ou públicas;**
- V - manter contato com outras autoridades, sempre que necessário e em decorrência de suas atividades funcionais;**
- VI - examinar, preparar e encaminhar a correspondência da Superintendência, mantendo sob sua guarda documentos de natureza sigilosa;**
- VII - elaborar e coordenar a agenda de compromissos do Diretor-Superintendente;**
- VIII - organizar e executar as atividades de cerimonial do PREVISPA;**
- IX - manter cadastro atualizado de autoridades, instituições e organizações;**
- X - organizar e manter atualizados os registros relativos ao controle de atividades cumpridas pelo Diretor-Superintendente;**
- XI - promover, em articulação com os demais órgãos competentes, o planejamento, preparação e execução das viagens do Diretor-Superintendente;**
- XII - receber os processos administrativos dirigidos ao Diretor-Superintendente, encaminhando-os para exame, preparação, bem como promover despachos de mero expediente;**
- XIII - desempenhar outras atribuições típicas da unidade.**

**Parágrafo único - A Chefia de Gabinete contará com uma assessoria administrativa, a quem caberá prestar todo suporte técnico para tomada de decisão, assim como toda demanda administrativa para execução e funcionamento do Gabinete e seus respectivos equipamentos.”**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 8º** Fica alterado o art. 27 da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, que passa a vigorar da seguinte forma:

**“Art. 27 ...**

- I - ...;**
- II - ...;**
- III - ...;**
- IV - ...;**
- V - ...;**
- VI - ...;**
- VII - ...;**
- VIII - remeter os balancetes mensais e o balanço anual à Diretoria Executiva;**
- IX - ...;**
- X - ...;**
- XI - ...;**
- XII - ...;**
- XIII - ...;**
- XIV - ...;**
- XV - ...;**
- XVI - ...;**
- XVII - ...;**
- XVIII - ...;**
- XIX - ...;**
- XX - ...;**
- XXI - garantir o lançamento, emissão de boleto e pagamento do DCTF-WEB.**

**Parágrafo único** - O Diretor de Finanças e de Investimentos, uma vez devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, poderá, interinamente, substituir o Contador, nos casos de férias, afastamentos e licenças, e ainda nas hipóteses de impedimento, suspeição e quando ficar caracterizada necessidade de intervenção imediata para preservação dos interesses institucionais do Instituto, sem acréscimo em sua remuneração.

**Art. 9º** Fica alterado o art. 28 da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, que passa a vigorar da seguinte forma:

**“Art. 28 ...**

- I - ...;**
- II - ...;**
- III - ...;**
- IV - ...;**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**

GABINETE DO PREFEITO

- V - supervisionar a padronização e a especificação de materiais, a realização de estudos de mercado e a programação de compras para o PREVISPA;
- VI - supervisionar a elaboração do calendário periódico de compras do PREVISPA;
- VII - supervisionar a organização do cadastro de prestadores de serviços e fornecedores, do catálogo de materiais de emprego mais frequente no PREVISPA, e do cadastro de preços mais correntes;
- VIII - promover a preparação de licitação de contratos para fornecimento de bens e serviços para o PREVISPA;
- IX - ...;
- X - ...;
- XI - SUPRIMIDO
- XII - ...;
- XIII - ...;
- XIV - SUPRIMIDO
- XV - manter o controle e a guarda do recebimento e saída dos materiais sob sua responsabilidade;
- XVI - SUPRIMIDO
- XVII - ...;
- XVIII - ...;
- XIX - SUPRIMIDO
- XX - SUPRIMIDO
- XXI - ...;
- XXII - SUPRIMIDO
- XXIII - supervisionar a adoção de medidas de prevenção contra incêndio e acidente de trabalho;
- XXIV - ...;
- XXV - ...;
- XXVI - ...;
- XXVII - SUPRIMIDO
- XXVIII - SUPRIMIDO
- XXIX - SUPRIMIDO
- XXX - SUPRIMIDO
- XXXI - SUPRIMIDO
- XXXII - SUPRIMIDO
- XXXIII - SUPRIMIDO
- XXXIV - SUPRIMIDO
- XXXV - SUPRIMIDO
- XXXVI - SUPRIMIDO
- XXXVII - SUPRIMIDO
- XXXVIII - SUPRIMIDO
- XXXIX - SUPRIMIDO
- XL - SUPRIMIDO
- XLI - SUPRIMIDO
- XLII - SUPRIMIDO
- XLIII - ...;
- XLIV - SUPRIMIDO





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

XLV - ...;  
XLVI - ...;  
XLVII - ...;  
XLVIII - ...;  
XLIX - ...;  
L - ...

**§ 1º No desempenho de suas atividades relacionadas a contratação direta e licitação, poderá contar com a seguinte estrutura básica:**

- I - Chefia do Setor de Compras Autárquico;**
- II - Comissão de Captação e Análises de Preços;**
- III - Comissão de Contratação;**
- IV - Equipe de Apoio;**
- V - Agente Público responsável pela Contratação Direta, Agente de Contratação e Pregoeiro;**
- VI - Fiscal de Contrato.**

**§ 2º Os membros das Comissões, da Equipe de Apoio e dos Fiscais de Contrato, citadas no § 1º deste artigo, farão jus à gratificação de que trata o *caput* do art. 14 da Lei Complementar nº 190, de 20 de janeiro de 2022.**

**§ 3º O Agente Público responsável pela contratação direta, o Agente de Contratação e o Pregoeiro serão designados por ato da Superintendência, dentre os servidores efetivos do quadro permanente da autarquia.**

**§ 4º A autarquia poderá utilizar a estrutura, inclusive de pessoal, do Poder Executivo para realizar a fase externa das licitações, o que se dará mediante ato do Prefeito Municipal.**

**§ 5º A função de Agente Público responsável pela contratação direta será desempenhada pelo Chefe do Setor de Compras Autárquico, quando provido.**

**§ 6º Os servidores que ocuparem uma das três funções descritas no § 3º deste artigo farão jus ao pagamento de uma gratificação especial, a ser paga mensalmente, independentemente da quantidade de processos movimentados, no valor equivalente àquela do *caput* do art. 14 da Lei Complementar nº 190, de 20 de janeiro de 2022, exceto nos casos de que tratam os §§ 4º e 5º deste artigo.**

**§ 7º Dada a natureza indenizatória da gratificação especial, não haverá incidência de imposto de renda, nem de contribuição social.**

**§ 8º A bem do serviço público, o servidor poderá acumular as funções de agente de contratação e de pregoeiro, sendo que, neste caso, somente perceberá um único jeton.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**§ 9º Os servidores que forem nomeados para o exercício de quaisquer das funções descritas neste artigo continuarão desempenhando as suas funções regulares, bem como poderão, nos casos em que o servidor pertencer ao quadro permanente da autarquia, acumular uma daquelas funções previstas no art. 12 da Lei Complementar nº 149, de 27 de março de 2018.**

**§ 10 Sem prejuízo do disposto nesta Lei, as funções previstas neste artigo poderão ter suas atribuições normatizadas em regulamento do PREVISPA, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou outra que vier a substituí-la.”**

**Art. 10 Fica alterado o art. 29 da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, que passa a vigorar da seguinte forma:**

**“Art. 29 ...**

- I - ...;**
- II - autorizar a concessão, manutenção e extinção dos benefícios previdenciários assegurados pelo PREVISPA;**
- III - submeter à apreciação do Diretor-Superintendente os recursos administrativos apresentados pelos segurados e demais beneficiários;**
- IV - aprovar a inscrição dos beneficiários do PREVISPA;**
- V - ...;**
- VI - ...;**
- VII - ...;**
- VIII - ...;**
- IX - ...;**
- X - ...;**
- XI - ...;**
- XII - ...;**
- XIII - ...;**
- XIV - ...;**
- XV - indicar a base de cálculo passível de contribuição previdenciária;**
- XVI - ...;**
- XVII - ...;**
- XVIII - ...;**
- XIX - ...;**
- XX - ...;**
- XXI - ...;**
- XXII - ...**

**Parágrafo único - A concessão dos benefícios previstos no inciso II do presente artigo está condicionada à decisão do Diretor-Superintendente.”**

**Art. 11 Fica alterado o art. 30 da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, que passa a vigorar da seguinte forma:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

“Art. 30 ...

- I - ...;
- II - ...;
- III - ...;
- IV - examinar as circunstâncias dos litígios e das denúncias que envolvam o PRE-VISPA, para investigar os fatos referentes ao caso, preparando a defesa ou acusação para apresentá-las aos órgãos competentes;
- V - ...;
- VI - ...;
- VII - elaborar, visar ou revisar documentos jurídicos;
- VIII - ...;
- IX - ...;
- X - ...;
- XI - ...;
- XII - ...;
- XIII - ...;
- XIV - ...;
- XV - ...;
- XVI - examinar, se manifestar e emitir pareceres jurídicos nas áreas de sua competência;
- XVII - ...;
- XVIII - ...;
- XIX - ...;
- XX - ...;
- XXI - ...;
- XXII - ...;
- XXIII - ...;
- XXIV - sugerir ao Procurador-Geral do Município medidas de caráter jurídico de interesse da autarquia, reclamadas pelo interesse público;
- XXV - editar e praticar os atos normativos ou não, inerentes às suas atribuições.

§ 1º Para exercer o cargo de Procurador, em virtude de sua natureza técnica indispensável ao exercício da função e atribuições, é necessário ser inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, com permissão para atuar no Estado do Rio de Janeiro com no mínimo 3 (três) anos comprovados de exercício efetivo de atividade jurídica.

§ 2º No desempenho de suas atribuições, o Procurador pode atuar junto a qualquer juízo ou Tribunal.

§ 3º A Procuradoria poderá contar com o serviço auxiliar da Comissão de Revisão Legislativa e de Assessorias Especiais Jurídicas.

§ 4º É permitida a delegação da atribuição prevista neste artigo ao Assessor Especial Jurídico.”





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 12** Fica alterado o art. 30-A da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, que passa a vigorar da seguinte forma:

**“Art. 30-A ...**

- I - ...;**
- II - ...;**
- III - ...;**
- IV - ...;**
- V - examinar e instruir os processos judiciais e administrativos designados pelo Procurador;**
- VI - ...;**
- VII - ...;**
- VIII - ...;**
- IX - ...;**
- X - ...;**
- XI - ...;**
- XII - ...;**
- XIII - ...;**
- XIV - ...;**
- XV - ...;**
- XVI - ...;**
- XVII - ...;**
- XVIII - ...;**
- XIX - ...;**
- XX - executar outras tarefas correlatas, sem prejuízo de outras a serem designadas por ato do Procurador.**

**§ 1º ...**

**§ 2º ...”**

**Art. 13** Fica inserido o art. 30-B na Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, com a seguinte redação:

**“Art. 30-B** Fica criada a Comissão de Revisão Legislativa e Assuntos Previdenciários, que terá como competência o mapeamento, estudo e avaliação da legislação municipal afeta à autarquia, a fim de identificar textos legais defasados e corrigir possíveis antinomias.

**§ 1º** A Comissão de Revisão Legislativa, de caráter temporária, será composta pelo Procurador Autárquico, a quem caberá a presidência, o Vice-Superintendente, 2 (dois) membros da Diretoria Executiva e 1 (um) membro do Controle Interno, devendo, no entanto, todos serem inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º Na ausência de membros que possuam inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, o Diretor-Superintendente designará outro membro cujas atribuições tenham pertinência temática com o objetivo da Comissão.

§ 3º Os membros serão indicados e nomeados por ato da Superintendência.

§ 4º Os membros farão jus a gratificação de que trata o *caput* do art. 14 da Lei Complementar nº 190, de 20 de janeiro de 2022.”

**Art. 14** Fica alterado o art. 31 da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, que passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 31 ...

I - ...;

II - ...;

III - ...;

IV - ...;

V - ...;

VI - ...;

VII - ...;

VIII - monitorar o atendimento dos requisitos de forma a manter o controle para manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP;

IX - organizar as prestações de contas e encaminhá-las ao Tribunal de Contas;

X - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

XI - ...;

XII - ...;

XIII - ...;

XIV - ...;

XV - ...;

XVI - ...;

XVII - ...;

XVIII - ...;

XIX - produzir conhecimento técnico, orientações e procedimentos sobre os assuntos de controle interno e gestão de riscos operacionais;

XX - monitorar a elaboração e emissão de relatórios, demonstrativos e informações, nos prazos legais estabelecidos de acordo com normatização vigente;

XXI - recepcionar e acompanhar o atendimento das demandas da Controladoria-Geral do Município, bem como do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e das respostas a outros órgãos de controle externo e ao Poder Legislativo, bem como apoiar ações de auditoria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**Parágrafo único - Para exercer o cargo de Controlador, em virtude de sua natureza técnica indispensável ao exercício da função e atribuições, é necessário possuir ensino superior em Direito, Economia, Contabilidade ou Administração, e comprovada experiência em administração pública, devidamente habilitado no Conselho de Classe da Seção do Estado do Rio de Janeiro há pelo menos 3 (três) anos, e deverá comprovar possuir reputação ilibada e não ter sofrido nenhuma das penalidades previstas na Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, cuja nomeação se dará por ato do Superintendente.”**

**Art. 15 Fica alterado o art. 31-A da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, que passa a vigorar da seguinte forma:**

**“Art. 31-A O Controle Interno contará com o serviço auxiliar de 2 (dois) Assessores Especiais de Controle Interno, cujo cargo detém as seguintes atribuições:**

- I - ...;**
- II - ...;**
- III - ...;**
- IV - ...;**
- V - ...;**
- VI - ...;**
- VII - ...;**
- VIII - ...;**
- IX - ...;**
- X - elaborar o Plano Anual de Atividades - PAA para o ano subsequente e apresentá-lo ao Controle Interno no segundo semestre do ano em curso;**
- XI - ...;**
- XII - ...;**
- XIII - ...;**
- XIV - ...;**
- XV - ....**

**§ 1º Para exercer o cargo de Assessor Especial de Controle Interno, cargo de provimento em comissão cuja nomeação se dará por ato do Diretor-Superintendente, o profissional deverá ter formação em Administração, Economia, Direito ou Ciências Contábeis, devidamente habilitado no Conselho de Classe da Seção do Estado do Rio de Janeiro há pelo menos 3 (três) anos, e deverá comprovar possuir reputação ilibada e não ter sofrido nenhuma das penalidades previstas na Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990.**

**§ 2º...**

**§ 3º A distribuição interna dos assessores caberá ao Controlador.”**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 16** Fica alterado o art. 32 da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, que passa a vigorar da seguinte forma:

**“Art. 32 Compete ao Assessor de Investimento Autárquico:**

- I - ...;
- II - ...;
- III - ...;
- IV - ...;
- V - ...;
- VI - ...;
- VII - ...;
- VIII - ...;
- IX - ...;
- X - ...;
- XI - ...;
- XII - ...;
- XIII - ...;
- XIV - ...;
- XV - ...;
- XVI - ...;
- XVII - ...;
- XVIII - ...;
- XIX - ...;
- XX - ...;
- XXI - ...;
- XXII - ...;
- XXIII - ...;
- XXIV - ....

§ 1º Para exercer o cargo de Assessor de Investimento Autárquico, cargo de provimento em comissão cuja nomeação se dará por ato do Superintendente, é necessário possuir ensino superior em Direito, Economia, Contabilidade ou Administração, e comprovada experiência em mercado de capitais, de no mínimo de 3 (três) anos, além de possuir as certificações profissionais exigidas pelo Ministério da Previdência, reputação ilibada e não ter sofrido nenhuma das penalidades previstas na Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 2º Caberá ao Assessor de Investimento Autárquico o prévio credenciamento de todas as instituições que recebam ou administrem recursos do regime, de acordo com as regras vigentes.”

**Art. 17** Fica alterado o art. 33-A da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, que passa a vigorar da seguinte forma:

**“Art. 33-A ...**





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

- I - ...;
- II - ...;
- III - ...;
- IV - ...;
- V - ...;
- VI - ...;
- VII - ...;
- VIII - ...;
- IX - ...;
- X - ....

§ 1º Para exercer o cargo de Gerente de Contabilidade, cargo de provimento em comissão cuja nomeação se dará por ato do Diretor-Superintendente, o profissional deverá ter, preferencialmente, formação superior em Ciências Contábeis, ou formação técnica em contabilidade, sendo que em ambos os casos deverá ser devidamente habilitado no Conselho de Classe da Seção do Estado do Rio de Janeiro, e deverá comprovar possuir reputação ilibada e não ter sofrido nenhuma das penalidades previstas na Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 2º ...”

**Art. 18** Fica alterado o **art. 34** da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, que passa a vigorar da seguinte forma:

“**Art. 34** ...

- I - ...;
- II - ...;
- III - ...;
- IV - ...;
- V - ...;
- VI - preparar estudos e planos solicitados pelos Órgãos Colegiados;
- VII - ...;
- VIII - ...;
- IX - sugerir revisões na legislação;
- X - ...;
- XI - ...;
- XII - ...;
- XIII - ...;
- XIV - ...;
- XV - ...;
- XVI - ...;
- XVII - ...;
- XVIII - ...;



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

XIX - ...;  
XX - ...;  
XXI - ...;  
XXII - ...;  
XXXIII - ...;  
XXIV - ...;  
XXV - ...;  
XXVI - ...;  
XXVII - SUPRIMIDO  
XXVIII - ...;  
XXIX - ...;  
XXX - ...;  
XXXI - ...;  
XXXII - desempenhar outras funções designadas pelo Diretor-Superintendente.”

**Art. 19** Fica inserido o art. 34-A na Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, com a seguinte redação:

**“Art. 34-A** Os titulares dos cargos de Direção e de Chefia de Gabinete Executivo deverão possuir formação de nível superior, em qualquer área, além das certificações profissionais exigidas pelo Ministério da Previdência.

**Parágrafo único** - Caberá aos Diretores a supervisão do efetivo cumprimento das atribuições dos servidores sob sua responsabilidade.”

**Art. 20** Fica inserido o art. 34-B na Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, com a seguinte redação:

**“Art. 34-B** Os servidores investidos em cargo ou função de direção, coordenação e chefia de setor terão substitutos indicados por ato do Diretor-Superintendente.

**§ 1º** Na hipótese de vacância, o Diretor-Superintendente poderá indicar um substituto para exercer a função temporariamente, que se dará sem prejuízo do cargo ou função que ocupa e deverá optar pela remuneração de um deles durante o respectivo período.

**§ 2º** O substituto eventual fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção, coordenação ou chefia, nos casos de ausência, afastamentos ou impedimentos legais do titular, e fará jus a uma retribuição paga na proporção dos dias de efetiva substituição.”

**Art. 21** Fica alterado o art. 12 da Lei Complementar nº 149, de 27 de março de 2018, que passa a vigorar da seguinte forma:

**“Art. 12 ....**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**

GABINETE DO PREFEITO

**I - Chefia do Setor de Contabilidade Autárquica, vinculado à Diretoria de Finanças e Investimentos;**

**II - Chefia do Setor de Benefícios Previdenciários, vinculado à Coordenadoria de Benefícios Previdenciários;**

**III - SUPRIMIDO**

**IV - Chefia do Setor de Folha de Pagamento de Benefícios e de Pessoal, vinculado à Coordenadoria de Recursos Humanos e Folha de Pagamento de Benefícios e de Pessoal Autárquica;**

**V - Chefia do Setor de Compras Autárquico, vinculada à Diretoria Administrativa;**

**VI - Chefia do Setor de Protocolo, Arquivo e Recepção Autárquico, vinculada à Coordenadoria de Protocolo, Arquivo e Atendimento Autárquico;**

**VII - Chefia do Setor Administrativo de Tecnologia da Informação, vinculada à Diretoria Administrativa.**

§ 1º...

§ 2º...

§ 3º...

§ 4º As funções gratificadas mencionadas no *caput* destinam-se a atender aos encargos de chefia e assessoramento, sem prejuízo das atribuições do seu cargo.

§ 5º....

§ 6º...

§ 7º ...

§ 8º Os ocupantes das funções a que se refere este artigo ficam sujeitos à jornada de trabalho integral, podendo ser convocados sempre que o exigir o interesse da Administração, não sendo devido, sob nenhuma hipótese, o pagamento de hora-extra.

§ 9º SUPRIMIDO”

**Art. 22** Fica alterado o art. 14 da Lei Complementar nº 149, de 27 de março de 2018, que passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 14 ...

**I - analisar, conferir, instruir e opinar nos processos de concessão, revisão e extinção de benefícios previdenciários;**

**II - ...;**

**III - ...;**

**IV - ...;**





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

V - subsidiar a Coordenadoria de Benefícios Previdenciários e a Diretoria de Benefícios na área de sua competência;

VI - ...;

**Art. 23** Fica alterado o art. 16 da Lei Complementar nº 149, de 27 de março de 2018, que passa a vigorar da seguinte forma:

**“Art. 16 São atribuições do Chefe de Folha de Pagamento de Benefícios e Pessoal:**

I - realizar o cadastro e a gestão da folha de pagamento de benefícios previdenciários e de pessoal;

II - implementar as diretrizes do sistema de consignações definido no âmbito da Administração;

III - monitorar os descontos efetuados por força de lei ou determinação judicial;

IV - monitorar as pensões alimentícias em cumprimento de determinação judicial;

V - subsidiar a defesa nos processos e executar os cumprimentos das ações judiciais, com repercussão na folha de pagamento de benefícios e de pessoal;

VI - garantir as informações de beneficiários e de pessoal atualizadas junto ao Ministério da Previdência Social, junto ao Ministério da Fazenda, junto ao Ministério do Trabalho e junto ao Tribunal de Contas deste Estado, dentre outras obrigações criadas por lei ou outro normativo afetas à sua Chefia;

VII - garantir o lançamento dos informes mensais da área de pessoal;

VIII - instituir mecanismos de análise de conformidade e aperfeiçoamento dos produtos da folha de pagamento;

IX - adotar as providências necessárias para o estorno ou cobrança de créditos indevidos, de acordo com as normas vigentes;

X - outras atividades afetas à área de sua competência.”

**Art. 24** Fica alterado o art. 17 da Lei Complementar nº 149, de 27 de março de 2018, que passa a vigorar da seguinte forma:

**“Art. 17 ...**

I - ...;

II - confeccionar os editais de licitação em estrita observância aos dispositivos da legislação pertinente, em estrita observância aos dispositivos da legislação federal e municipal que versem sobre o assunto;

III - submeter as minutas dos editais à apreciação da Procuradoria Autárquica, salvo quando existir minutas padronizadas disponibilizadas pela Procuradoria-Geral ou Controladoria-Geral do Município;

IV - auxiliar nos procedimentos de licitação;

V - efetuar os lançamentos referentes às diversas aquisições de materiais de consumo e permanentes, contratos, bem como editais, avisos de licitação, ou qualquer outra informação necessária;





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

- VI - disponibilizar as informações relativas ao andamento dos procedimentos de licitação para divulgação no Portal da Transparência;
- VII - propor políticas, diretrizes para planejamento de aquisição de bens e serviços de forma a assegurar o abastecimento das unidades administrativas, com o objetivo de garantir economicidade para o PREVISPA;
- VIII - cadastrar, organizar e manter atualizado o cadastro de fornecedores;
- IX - efetuar os lançamentos pertinentes no SIGFIS ou outro programa que vier a substituí-lo;
- X - realizar a pesquisa e a formação de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral;
- XI - ....

**Parágrafo único - Quando provida a função de que trata este artigo, o servidor que desempenhá-la será responsável pela contratação direta, na forma do § 5º do art. 28 da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017.”**

**Art. 25** Fica alterado o art. 21 da Lei Complementar nº 149, de 27 de março de 2018, que passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 21 ...

- I - ...;
- II - ...;
- III - ...;
- IV - coordenar a elaboração, manutenção e encaminhamento das informações de beneficiários e de pessoal atualizadas nos sistemas em que a lei ou outro normativo assim indicar;
- V - SUPRIMIDO
- VI - coordenar e desenvolver as atividades relacionadas à avaliação de cargos e desempenho de servidores, fornecendo os subsídios necessários ao desenvolvimento dos trabalhos;
- VII - controlar a frequência, licença, férias, ausências, afastamentos, licenças e demais assuntos sobre a vida funcional do pessoal pertencente ao quadro do PREVISPA;
- VIII - ...;
- IX - ...;
- X - ...;
- XI - supervisionar as atividades de recrutamento, seleção, treinamento do pessoal do PREVISPA;
- XII - ...;
- XIII - ...;
- XIV - coordenar o lançamento dos informes mensais da área de pessoal onde a lei ou outro normativo assim indicar;
- XV - ...;
- XVI - a guarda dos documentos relativos aos atos de pessoal.”



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 26** Fica alterado o art. 22-A da Lei Complementar nº 149, de 27 de março de 2018, que passa a vigorar da seguinte forma:

**“Art. 22-A ...**

**I - ...;**

**II - ...;**

**III - ...;**

**IV - ...;**

**V - ...;**

**VI - ...;**

**VII - ...;**

**VIII - ...;**

**IX - ...;**

**X - ...;**

**XI - ...;**

**XII - realizar a classificação, codificação e o registro de patrimônio dos equipamentos e materiais permanentes do PREVISPA, anualmente;**

**XIII - supervisionar a execução dos diversos serviços contratados, no que diz respeito à sua coordenadoria;**

**XIV - empreender todas as medidas preventivas adequadas contra incêndios e acidente de trabalho na sede do PREVISPA.”**

**Art. 27** O valor de que trata o art. 53 da Lei Complementar nº 167, de 11 de dezembro de 2019, passará a ser de 250 UFM (duzentas e cinquenta Unidades Fiscais do Município).

**Art. 28** Fica alterado o art. 84-A da Lei Complementar nº 167, de 11 de dezembro de 2019, que passa a vigorar da seguinte forma:

**“Art. 84-A** Fica recriado, no quadro efetivo do PREVISPA, o cargo de médico perito, a ser provido por concurso público, distribuído da seguinte forma:

**I - 02 (dois) cargos de médico perito, previsto no item 4 do Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 16 de junho de 2014 e no caput do art. 19 da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017;**

**II - 01 (um) cargo de médico perito clínico, com as atribuições contidas no art. 19 da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, o qual deverá possuir Curso Superior em Medicina e Especialização na área de Medicina do Trabalho, bem como possuir registro do CRM, para trabalhar pelo período de 10 (dez) horas semanais e cuja retribuição vencimental e remuneratória seguirá a mesma do Grupo Ocupacional Superior II – Cargo: Médico Perito prevista no Anexo II da Lei Complementar nº 167, de 11 de dezembro de 2019.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 29** Fica alterado o art. 3º da Lei Complementar nº 181, de 22 de dezembro de 2021, que passa a vigorar da seguinte forma:

**“Art. 3º ...**

**I - ...;**

**a) ...;**

**b) ...;**

**c) ...;**

**II - Comitê de Investimentos.”**

**Art. 30** Fica alterado o art. 7º da Lei Complementar nº 181, de 22 de dezembro de 2021, que passa a vigorar da seguinte forma:

**“Art. 7º ...**

**I - ...;**

**II - ...;**

**III - ...;**

**IV - ...**

**§ 1º ...**

**I - ...;**

**II - ...**

**§ 2º** O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 4 (quatro) anos, admitindo-se, no máximo, uma única recondução, à exceção do Diretor-Superintendente do Instituto de Previdência Municipal.

**§ 3º ...**

**§ 4º** O presidente será indicado pelo Prefeito e, na reunião de posse dos mandatos dos conselheiros, deverá ser deliberado sobre a escolha do Secretário-Geral dentre os demais membros, podendo ocorrer sua recondução uma única vez.

**§ 5º...**

**§ 6º...**

**§ 7º...**

**§ 8º...**

**§ 9º...**

**I - ...;**

**II - ...**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**§ 10 Os membros do Conselho de Administração deverão comprovar, como condição para ingresso, permanência ou recondução nas respectivas funções, não terem sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990 ou ter sofrido penalidade de suspensão, em razão de transgressão à Lei Complementar nº 42/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos).**

**§ 11 ...**

**I - ...;**

**II - ...;**

**III - no que se refere à inexistência de transgressão ao Estatuto dos Servidores, a comprovação será efetuada por meio de apresentação de certidão expedida pelo Setor de Recursos Humanos do Órgão no qual o conselheiro está vinculado.**

**§ 12 ...**

**§ 13 ...**

**§ 14 Aos Conselheiros titulares e seus suplentes, quando convocados, é devido o pagamento de jeton, pela efetiva participação nas reuniões do CONSAD, com a finalidade de ressarcir os meios materiais utilizados para o desempenho de suas funções junto ao Conselho a que legalmente integram, no valor equivalente a 350 UFM, limitado a um jeton por mês, independentemente do número de reuniões realizadas.**

**§ 15 ...**

**§ 16 ...**

**§ 17 ...**

**§ 18 ...**

**§ 19 ...**

**§ 20 A alteração de que trata o § 2º deste artigo será válida a partir de julho de 2026, valendo-se, desde já, as demais disposições acima.”**

**Art. 31 Fica alterado o art. 10 da Lei Complementar nº 181, de 22 de dezembro de 2021, que passa a vigorar da seguinte forma:**

**“Art. 10 ...**

**I - ...;**

**II - ...;**

**III - ...;**

**IV - ...;**

**§ 1º ...**





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

I - ...;  
II - ...

§ 2º O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 4 (quatro) anos, admitindo-se no máximo, uma única recondução.

§ 3º ...

§ 4º O presidente será indicado pelo Prefeito e, na reunião de posse dos mandatos dos conselheiros, deverá ser deliberado sobre a escolha do Secretário-Geral dentre os demais membros, podendo ocorrer sua recondução uma única vez.

§ 5º...

§ 6º...

§ 7º...

§ 8º...

I - ...;  
II - ...

§ 9º Os membros do Conselho Fiscal deverão comprovar, como condição para ingresso, permanência ou recondução nas respectivas funções, não terem sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990 ou ter sofrido penalidade de suspensão, em razão de transgressão à Lei Complementar nº 42/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos).

§ 10 ...

I - ...;  
II - ...;

III - no que se refere à inexistência de transgressão ao Estatuto dos Servidores, a comprovação será efetuada por meio de apresentação de certidão expedida pelo Setor de Recursos Humanos do Órgão no qual o conselheiro está vinculado.

§ 11 ...

§ 12 ...

§ 13 Aos Conselheiros titulares e seus suplentes, quando convocados, é devido o pagamento de jeton, pela efetiva participação nas reuniões do CONFIS, com a finalidade de ressarcir os meios materiais utilizados para o desempenho de suas funções junto ao Conselho a que legalmente integram, no valor equivalente a 350 UFM, limitado a um jeton por mês, independentemente do número de reuniões realizadas.

§ 14 ...



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

§ 15 ...

§ 16 ...

§ 17 ...

§ 18 ...

**§ 19 A alteração de que trata o § 2º deste artigo será válida a partir de julho de 2026, valendo-se, desde já, as demais disposições acima.”**

**Art. 32 Fica alterado o art. 12 da Lei Complementar nº 181, de 22 de dezembro de 2021, que passa a vigorar da seguinte forma:**

**“Art. 12 ...**

**I - ...;**

**II - ...;**

**III - ...;**

**IV - SUPRIMIDO**

**V - ...;**

**VI - ...;**

**VII - ...;**

**VIII - ...;**

**IX - ...;**

**X - ...**

**Parágrafo único - ...”**

**Art. 33 O valor de que trata o § 14 do art. 7º e do § 13 do art. 10, ambos da Lei Complementar nº 181, de 22 de dezembro de 2021, passará a ser de 350 UFM (trezentas e cinquenta Unidades Fiscais do Município).**

**Art. 34 Ato do Superintendente poderá regulamentar as indenizações de que trata o art. 48 da Lei Complementar nº 42, de 29 de setembro de 2005, conforme autorizado pelo art. 49 da mesma norma legal, desde que não haja outro normativo municipal que discorra sobre o mesmo assunto.**

**Art. 35 Fica alterado o Anexo I da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, que passa a constar com as inserções apresentadas no Anexo I desta Lei.**

**Art. 36 Fica alterado o Anexo III da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, que passa a constar com as inserções apresentadas no Anexo II desta Lei.**

**Art. 37 Ficam mantidas as demais disposições da Lei Complementar nº 133, de 02 de janeiro de 2017, da Lei Complementar nº 149, de 27 de março de 2018 e da Lei Complementar nº 181, de 22 de dezembro de 2021.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 38** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta de dotação orçamentária própria.

**Art. 39** Esta **Lei Complementar** entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2025.

**Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia,  
06 de junho de 2025.**

**FÁBIO DO PASTEL**  
**Carlos Fábio da Silva**  
**=Prefeito=**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**ANEXO I**

(...)

COMISSIONADOS		
CÓDIGO	CARGO	TOTAL
(...)	(...)	(...)
CC/FG-3	CHEFE DE GABINETE	1
(...)	(...)	(...)
CC/FG-5	ASSESSOR ESPECIAL AUTÁRQUICO	3
(...)	(...)	(...)
CC/FG-7	ASSESSOR ADMINISTRATIVO	1





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
GABINETE DO PREFEITO

**ANEXO II**

(...)

PADRÃO	CARGO	VALOR
(...)	(...)	(...)
CC/FG-03	CHEFE DE GABINETE	R\$ 6.400,00
(...)	(...)	(...)
CC/FG-07	ASSESSOR ADMINISTRATIVO	R\$ 2.800,00